



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de setembro de 2018

No dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 3 da sessão ordinária do dia 22 de junho, do ano 2018;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Pedido de renúncia do membro da Assembleia Municipal Pedro Jorge Pereira Barroso, ao mandato para o qual foi eleito nas eleições autárquicas, para o quadriénio 2017/2021;

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.3. Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2018;

4.4. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2019;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.5. Proposta de lançamento da Derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2018, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2019;

4.6. Proposta de fixação, para o ano de 2019, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;

4.7. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2019;

4.8. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015;

4.9. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado por Mutakanga-Consultadoria Imobiliária, Ld.ª, residente na rua 25 de abril 1 A, Refojos de Basto, Município de Cabeceiras de Basto, destinado à construção de Empreendimento Turístico, com restauração, na rua das flores, Padrões – Venda Nova;

4.10. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) / Aprovação;

4.11. Regulamento Mais Saúde, menos Amianto /Aprovação;

4.12. EHATB, EIM, SA / Relatório de Execução Orçamental 1º Trimestre 2018;

4.13. EHATB, EIM, SA / Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre e Informação sobre a Situação Económica e Financeira – 1º Semestre, reportados a 30 de junho de 2018;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros à exceção de Manuel Carvalho, Manuel Rebelo, José Fernando Moura, Márcio Azevedo, José Bento Dias e João Santos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente, David Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Encontrando-se ausente da presente sessão o 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel António da Silva Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia designou a deputada Maria Gorete Barroso Afonso para o substituir.

1 – Apreciação e votação da ata nº 3 da sessão ordinária do dia 22 de junho, do ano 2018.

A ata da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 22 de junho de 2018 foi posta à consideração, tendo os deputados Nuno Pereira e Duarte Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Nuno Pereira disse que na ata nº3, na página nº8 consta que o deputado Nuno Pereira referiu que Évora não tinha problemas de natalidade e não foi isso que disse. O exemplo que deu de Évora foi um exemplo que contrariava a proposta apresentada pelo PSD, pois quando o poder central quer criar condições de desenvolvimento do interior toma medidas políticas promovendo, deslocando e dando benefícios fiscais às empresas que se querem fixar no interior e proporcionar um desenvolvimento sustentável de uma região.

Também na página 19, o texto escrito está impercetível. Estava a discutir-se a aplicação dos dinheiros das rendas da EDP e ele, na altura, disse que os proponentes deviam indicar quais seriam as freguesias ou localidades que, por força desta reafecção de verbas, deixariam de ficar sem esse dinheiro pois iria ser alocado às localidades que foram afetadas pela construção das barragens.

O deputado Duarte Gonçalves entregou a seguinte declaração de voto à Mesa: “Na qualidade de membro eleito pela coligação PSD-CDS/PP venho justificar o voto contra a presente ata pelo facto da mesma ser omissa e branquear a grave situação de violação do regimento municipal praticada pelo Presidente da Assembleia ao negar a Vereador José de Moura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Rodrigues uma intervenção para defesa da honra após ter sido pessoal e diretamente visado na sua competência profissional pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

Tal facto constitui uma violação do artigo 31º alínea 5) do regimento municipal, que refere expressamente que os vereadores podem intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

Tendo a Mesa negado esse direito, deveria essa solicitação e respetiva fundamentação da negação de direito ser explanada na ata, para que esta seja retrato mais fiel possível dos factos ocorridos na sessão. Assinado, o deputado municipal José Duarte Crespo Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Assembleia disse que não costuma haver assim tantas reclamações, mas pede novamente que os deputados entreguem por escrito as suas intervenções e se a Assembleia decidir adquirir equipamento para a transcrição das mesmas, o assunto poderá ser discutido.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com cinco votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Acácio Gonçalves, Iva Rebelo e Sandra Gonçalves e com três abstenções dos deputados Ana Maria Martins, Jaime Barroso e Rui Pedro Gonçalves.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, José João Moura, Nuno Pereira, Sandra Gonçalves, António Ferreira, Iva Rebelo, João Carlos Rodrigues, Ricardo Moura, Jorge Lestra e Ana Isabel Dias.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, caríssimos membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados desta digníssima Assembleia Municipal: Gostaria de começar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

minha intervenção de hoje por falar na questão que mais aflige o nosso futuro enquanto comunidade: o flagelo do despovoamento.

Não vos venho maçar com dissertações sobre o tema, nem deixar o meu ponto de vista sobre as possíveis soluções, pois sobre isso já falei vezes sem conta e foram lançadas ideias que nunca mereceram o melhor acolhimento por parte do PS de Montalegre.

Constato pois que não adianta insistir no método, antes apenas apelar à consciência, cada vez mais consciente que ela está face à assoladora realidade com que se esbarra. Isso pelo menos espero.

Montalegre está a definhar. Eu dizia isto em 2009, repeti em 2013 e em 2018 constato este facto cada vez mais gritante no cada vez maior silêncio que se abate sobre as nossas aldeias, sobre as nossas vilas cada vez mais despidas de almas.

Sem gente não há desenvolvimento. Esta é uma equação impossível de resolver, uma determinação matemática. A boa notícia é que há artifícios para analisar a função sob o ponto de vista dos seus limites ainda que infinitésimas, e este artifício pode revelar resultados conclusivos e resolver boa parte dos problemas!

Quero com isto dizer que não adianta fazermos diagnósticos. Isso é fácil. Os sintomas estão agora cada vez mais visíveis e a aterrar toda a gente que ainda subsiste por cá. São os negócios a fechar, é o vizinho que emigrou! Não é possível colocar a sujeira debaixo do tapete. As opções do passado produzem agora os seus resultados. Não há máquina do tempo para ir lá atrás corrigir o que quer que seja. As oportunidades que passaram não voltam mais, é preciso procurar novas.

Não adianta também vir aqui como paladino da razão e dizer “eu bem avisei”. Não adianta pedir atos de contrição que também não serão rezados!

Também não acredito que isto seja resolúvel esperando que os governos sempre de tendência “centralista” venham para fazer uma nova política de “colonização do interior”. Ainda que devemos sempre estar unidos nessa pressão.

Acredito sim, que devemos procurar fazer o nosso trabalho de casa e meter mãos à obra, que ontem se fez tarde!

Há que delinear uma estratégia, políticas e ações que possam atuar no sentido de curar Montalegre que tanto precisa de cuidados já paliativos nesta matéria.

O que vos deixo é um apelo. Um apelo para que em conjunto saibamos abraçar este desafio e para que a Câmara enfrente o boi de caras, com a nossa ajuda e apoio dentro da nossa modesta possibilidade de colaboração.

Venho por isso, em conformidade com o artigo 9º, alínea h) do regimento municipal, efetuar uma recomendação para que a Câmara Municipal promova a criação de uma comissão técnica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

independente com o objetivo de traçar a melhor estratégia e políticas concretas que o município possa pôr em prática, atuando no problema como um todo.

Uma comissão que possa abarcar personalidades com capacidades técnicas nos domínios da economia, gestão e ciências sociais, obrando a participação das forças vivas da nossa comunidade, as associações empresariais locais, técnicos universitários e demais peritos com credenciais na matéria.

Uma comissão que seja por esta via, agregadora e representativa, mas simultaneamente uma task force especializada.

Desde já e não poderia ser de outra forma, coloco-me ao dispor do executivo para colaborar nesse desiderato. Montalegre precisa, Montalegre merece!

De seguida, gostaria de deixar umas questões claras e objetivas, para respostas nos mesmos moldes.

Tivemos conhecimento de um mal-estar na população de Vilarinho de Negrões, em relação à questão do saneamento básico.

Ao que se consta, o executivo não quer fazer o saneamento básico na aldeia que candidatou à 7ª Maravilha de Portugal. Ainda que estivesse tudo planeado e aprovado para que o mesmo fosse feito ainda este ano, uma vez que isso mesmo aprovou esta assembleia, aquando da aprovação do plano de atividades municipais para 2018.

Portanto, em primeiro lugar gostaria de saber qual a posição do Sr. Presidente da Junta de Negrões sobre esta matéria, se reivindicou o saneamento e apoia ou não os subscritores do abaixo assinado?

Segundo, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara, que dissesse a esta assembleia se o saneamento de Vilarinho de Negrões vai ou não ser feito e quando? Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado Acácio Gonçalves referiu que teve uma reunião no Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes e disse que foi uma reunião bastante constrangedora pois vão 7 pais de Montalegre para Vilar. Pedem dinheiro aos pais e patrocínios pois alegam que os 30 mil euros dados pela autarquia não chegam. O Presidente Márcio Rodrigues disse que não tem aquecimento, que tem que pagar os transportes e que tem poucos apoios. Se a Câmara desse mais uns euros não ficava mais pobre.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Vereadores: após a ressaca de um Verão fértil em momentos festivos e sociais, com o convívio acesso e caloroso com a nossa comunidade emigrante, veio o marasmo e atonia social e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

política que esta câmara socialista mergulhou o nosso concelho. Deambular pelas ruas e estradas deste concelho neste mês de setembro torna-nos melancólicos e pessimistas em relação ao futuro e leva-nos a questionar qual será o rumo que nos reserva com esta governação autista do partido socialista. E Sr. Presidente da Câmara, aproveite esta sala de democracia para questionar Vossa Excelência.

Após ter optado e gasto 2,7 milhões de euros dos cofres da autarquia na retificação da estrada EM508 até ao limite do concelho, surge a aprovação de 1 protocolo assinado entre o município e o regimento de engenharia n. 3 do exército português para fazer a abertura da estrada entre a EM508 e a ponte da Assureira. Ou seja, vamos ter 2 estradas entre Vilar de Perdizes e Soutelinho da Raia!!!! Não há fome que não dê em fartura!!!!

Depois de terem posto o carro à frente dos bois com a construção precoce de 1 ponte fantasma, agora querem que a junta dos bois puxe cada um para seu lado... Para quê a duplicação de acessos e custos Sr. Presidente da Câmara? Qual será o seu custo e que garantias existem do concelho de Chaves sobre a continuidade da estrada do outro lado da ponte sobre o rio Assureira?

Será que esta medida não é mais do que um engodo formal para evitar a devolução do dinheiro do financiamento comunitário que a câmara de Montalegre recebeu?

Depois vem à baila o abaixo-assinado a favor da construção do saneamento básico de Vilarinho de Negrões, que a coligação A Força da Mudança subscreve na íntegra e que pelos vistos foi mais uma das promessas que caíram em saco roto desta câmara socialista, mesmo tendo sido cartão-de-visita e candidata a 1 das sete maravilhas de Portugal, agora a câmara alega que não tem dinheiro e só vai haver obras de pavimentação das ruas e abastecimento de água.

Sr. Presidente da Câmara, além de demagogia política, o que está aqui em causa é um princípio fundamental de 1 sociedade moderna, o saneamento básico. E o saneamento básico é isso mesmo, é básico e deveria estar nas prioridades de investimento camarário. Continua a ser vergonhoso que Barrosões de mais de 100 aldeias não tenham acesso a saneamento, 15 delas sedes de freguesia. E eu sei que Vossa Excelência não gosta destas comparações, mas confrontando com os dados do outro concelho Barrosão, assistimos a 1 cobertura quase de 100 por cento, ou seja, apenas 2 aldeias sem saneamento.

E nos aqui em Montalegre continuamos a meter a cabeça debaixo da terra, tal e qual uma avestruz, ou 1 velho do restelo surdo e mudo. Além do saneamento, e eu fico triste com estas constatações, pois quando era adolescente, Boticas seria igual a 1 aldeia como Vilar de Perdizes, conseguiu atrair investimento empresarial privado, criando assim postos de trabalho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

e levando a um aumento do poder de compra dos seus munícipes e por consequência a sua viabilidade futura. E ninguém deve ter vergonha de copiar Sr. Presidente da Câmara, mesmo tendo sido no passado professor, pois até o Sr. Rui Moreira, atual presidente da câmara municipal do Porto, e passo a citar ” Copio ideia de todos. Nós copiamos a de outros e esses copiam as nossas. Um bom presidente de câmara copia. Somos uns copiões. Servimos de laboratório uns aos outros. No entanto, em Montalegre assiste-se ao contrário. Se a ideia for da oposição ou de outro concelho, é amarrotada e atirada para o lixo, continuando a teimar em decisões egocêntricas de despotismo, originando assim um concelho velho e amorfo, sem saneamento básico, em que os únicos postos de trabalho criados privados foram os das empresas que ganham sistematicamente os ajustes diretos. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

O deputado Nuno Pereira falou da questão dos diversos Governos e da divergência sobre as soluções por eles apresentadas. Não se pode homogeneizar pois quando há um Governo que decide, para desencravar o interior, fazer autoestradas, depois as pessoas criticam esse Governo porque as construiu, mas se se passar à margem delas, vêem-se instalação de várias empresas que vivem essencialmente do comércio e as autoestradas são vias fundamentais de escoamento de produtos. Se estão feitas é porque algum Governo teve a coragem de as fazer não só no litoral. Esta foi uma política assumida e diferente. É preciso é escolher um Governo que faça a diferença. Escolher Governos que tiveram como marca política a desertificação do interior, retirando-lhe os serviços públicos, é uma grande contradição.

O deputado Nuno Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: “Não queremos abusar da V. paciência, mas convém, neste momento crítico, apelar à memória e à história para nos revelar na gestão do município dos últimos anos o seu papel, em alguns casos pioneiro no desenvolvimento do ensino e na formação dos adolescentes e jovens.

Mais do que revelar os investimentos feitos na reabilitação das escolas desde os anos 90, o reconhecimento da escola no desenvolvimento de competências fundamentais para o sucesso dos cidadãos nascidos no município é visível, não só na sua assunção das responsabilidades próprias nesse processo como até excedendo a sua intervenção em áreas que são claramente do governo da república.

O cuidado colocado no desenvolvimento de uma cultura desportiva, peça fundamental no quadro formativo de uma sociedade exigente e responsável para com o desenvolvimento integral dos adolescentes e jovens, é claro na contratualização de programas e a afetação de consideráveis recursos para o desenvolvimento, em estreita colaboração com as forças dinâmicas e interventivas do concelho como os são as agremiações desportivas. A relevância



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

da dimensão na formação cívica e de promoção da saúde é bem patente no facto de hoje mesmo se celebrar, sobre os auspícios da Comunidade Europeia, o “European School Sport Day”. Esperemos que os programas se cumpram e que se realize, como convém e se impõe, a necessária avaliação e a imprescindível prestação de contas dos resultados destas iniciativas que se saúdam e aplaudem.

É também de elementar justiça destacar os investimentos feitos na modernização das escolas, na criação das condições para que os professores ensinem e para que os alunos e alunas aprendam. Se já se falou na completa remodelação da Escola Básica de Salto, em Cabril e no Baixo Barroso a preocupação não é mera retórica, mas traduz-se em investimento que tem sido constante e coerente. Claro, não esquecer a Escola Bento da Cruz que se encontra em obras de valor avultado, superior a um milhão de euros, parte dos quais da responsabilidade do município que a assumiu como responsabilidade sua quando, de facto, a escola é do Governo da República.

As palavras leva-as o vento, as obras falam por si e são a expressão clara de uma política valorizada de uma área que é na sociedade portuguesa e para as populações de regiões periféricas, com acesso deficiente a bens culturais e científicos, um elevador social de capital relevância. A justiça impõe que se dê mais a quem mais precisa.

Se este tema que aqui chamamos e dele fizemos objeto de comunicação, tal se deve a uma questão que há muito alimentava alguma preocupação.

Alguém dizia, num certo sítio, que se preparava uma debandada de alunos das Escolas de Montalegre. Na altura parecia que as recentes alterações legislativas poderiam, de certa forma, complicar esse esquema que se prefigurava como altamente penalizador das escolas e dos seus projetos educativos. De facto, as novas regras das matrículas pretendem, pretendiam acabar com a fraude das moradas falsas. O despacho normativo 6/2018 impõe alterações claras no sentido de garantir a transparência no processo de inscrição dos alunos impedindo a segregação de alunos ao empurrar os mais vulneráveis para as zonas periféricas. As respostas, dizem os interessados, foram positivas e, concluem, tiveram efeito. Perguntamos se é verdade que um número anormalmente alto de alunos se transferiu para escolas fora do concelho. Dizem 70 ou 80 alunos.

Para os arautos da privatização do ensino e do desenvolvimento concorrencial dos estabelecimentos de ensino têm aqui a prova visível do que significa a livre concorrência entre estabelecimentos. Se assim é na escola, imaginem, por exemplo na saúde, o hospital de Chaves a concorrer com o Hospital de Braga ou do S. João no Porto.

Obviamente que não colocamos em causa o direito dos pais procurarem a melhor escola para os seus filhos... daí, uma última questão se impõe: o que levará, a ser verdade, tantos alunos a querer sair das escolas de Montalegre? Será que a escola, os seus órgãos de gestão, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

comunidade educativa, nomeadamente os pais e os órgãos do município, se deram ao trabalho, ao incómodo de parar para pensar esse problema indagando as suas causas, engendrando as respostas que se impõem?

É que um número limitado de alunos numa escola é castrador da possibilidade de construção de turmas e de planos de estudo. Em 2015/2016, a escola de Baixo Barroso tinha, no ensino secundário, nos três anos, 45 alunos e na Bento da Cruz, no mesmo ano letivo 81 alunos.

Não nos cabe apontar o dedo e apontar um quadro de razões ainda que os dados já conhecidos nos possam indicar algumas, apenas compete alertar a Câmara para que assuma as suas responsabilidades – no quadro do órgão de gestão a que pertence e promova a investigação das razões e inste a escola a pensar e construir um plano que possa devolver à comunidade educativa a confiança nas escolas e a possibilidade de construir aqui verdadeiras oportunidades de aprendizagem. De outro modo, arriscamo-nos a ver penalizados aqueles a quem os azares da fortuna bafejaram com a má sorte. Assinado, o deputado municipal Nuno Pereira.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputado, meus senhores e minhas senhoras: na assembleia de abril, expus aqui a vergonha das obras da escola primária de Salto. Foi resolvida a situação dos lavatórios e da bancada do refeitório. Quanto às infiltrações, o tempo o dirá e eu cá estarei para informar. O exterior/ recreio, continua no estado vergonhoso que V. Exas têm conhecimento, o parque com baloiços e escorregas foi retirado e nunca mais foi colocado. Vai custar mais 14 mil euros como em 2012? 300 mil euros de obras não chegavam para colocar novamente o parque? As crianças além de não ter o parque, têm de brincar nas salas, pois o recreio em alcatrão está em mau estado e magoam-se constantemente. Quando tencionam resolver a situação?

Neste ano letivo, não se formaram 3 turmas na primária por falta de salas, dado que só existem 4 salas, duas para a pré-primária e duas para a primária. Eu referi isso várias vezes e só obtive resposta com desdém, em tom de gozo, talvez por saber que eu tinha razão. Este ano há mais alunos na primária que no ano transato, três dos quais com necessidades especiais. As professoras não lecionam com qualidade. A professora de apoio vai continuar a lecionar no hall da entrada, a psicóloga idem. Enfim, gastaram 300 mil euros e como diz o ditado fizeram à escola o que “os ciganos fazem aos burros”. O povo paga e continua mal servido!

No passado mês de julho, o ecomuseu de Salto e das minas da Borralha, pela iniciativa da professora Sofia Alves e da Câmara Municipal, promoveram as férias ativas. Tenho que agradecer em nome das mães do Baixo Barroso a disponibilidade e carinho de todos os que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

colaboraram no projeto. Infelizmente não se prolongou ao mês de agosto, a título de informação, somos um concelho onde predomina a agricultura e o turismo, não é certamente no mês de agosto que a maioria dos pais tira férias.

Espante-se quem diz que não há crianças para uma creche e ATL Municipal e pede estudos de mercado! Melhor estudo impossível, pois aderiram mais de 50 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos. O nosso presidente desculpa-se com a falta de crianças, como podemos constatar, crianças não faltam! Hajam condições para que possam haver mais. Falo com conhecimento de causa, muitas mulheres do Baixo Barroso não têm filhos por questões profissionais, dado que não podem deixar de trabalhar e não têm onde deixar os seus filhos em segurança para poder trabalhar. Como podemos pedir aos jovens para se fixarem no concelho se nem condições proporcionamos para que possam ter filhos e trabalhar?

Na assembleia de fevereiro, aquando a apresentação e aprovação do projeto do novo edifício da Junta de Freguesia de Salto, propus que se considerasse adaptar e aproveitar as novas instalações para esse fim. Pois bem, o presidente da junta de Salto diz que é impossível, o projeto já está feito. Nesse caso, façam um aditamento ao projeto. O que duvido que aconteça. O Baixo Barroso é grande, se Salto não quer a creche e o ATL municipal, pois bem, os presidentes de Junta das restantes freguesias, olhem pelos interesses do povo que vos elegeram e ponham mãos à obra, há vários edifícios públicos sem utilidade, pois façam deles algo útil, de interesse e relevância social. Volto a frisar, as creches municipais, são uma resposta social, de partilha e responsabilidade que oferece bem-estar e propicia desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, sob alçada da autarquia. É um local de afetos que dá segurança e tranquilidade às famílias, de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses, e não são única e exclusivamente para os filhos dos funcionários públicos, destinam-se a todas as crianças.

Os centros de atividades de tempos livres desempenham uma importante função de apoio às famílias, dinamizando um conjunto de atividades de caráter lúdico-pedagógico que proporcionam às crianças experiências que contribuem para o seu crescimento, satisfazendo as suas necessidades de ordem cognitiva, afetiva e social.

Caríssimos, não há dinheiro para as crianças? Façam como o povo Português, se custa 500€ não pagam 5000€, se limpar um hectare de terra custa 1400€, não pagam 14000€, que é o que a Câmara de Montalegre faz. Invistam nas crianças, na natalidade, no apoio à família pré-natal e pós-natal. Assinada, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado António Ferreira falou da sentença que diz respeito ao Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Bento da Cruz e disse que os que denunciaram as irregularidades vão receber uma indemnização, mas a maior piada é que não são os culpados que vão pagar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

é o Ministério da Educação. Se fosse pago pelos figurantes que cometeram os erros, tinha todo o prazer em convidar todos os deputados para um jantar.

Pediu que o Ministério de Educação peça responsabilidades a quem cometeu as irregularidades.

Disse que, apesar da Dra. Fátima Fernandes fazer um excelente trabalho como vereadora, tem muitas saudades de a ver como professora na Bento da Cruz. Lembrou uma turma dela em que 90% dos alunos entraram nos cursos superiores que exigiam maior nota e a escola ficou colocada nos primeiros lugares do ranking.

Louvou o Presidente da Câmara pois foi o único que até hoje limpou a Corujeira e se houver algum incêndio não foi por descuido da Câmara Municipal de Montalegre. Continue assim. Está no bom caminho, pois é um prazer dizer que na maioria das freguesias do concelho de Montalegre ainda não houve incêndios. Louvou também a Junta de Freguesia de Montalegre que tem feito um excelente trabalho de limpeza, manutenção e preservação de caminhos, acessos e ruas.

Disse que já é deputado da Assembleia Municipal há muitos anos e a intervenção feita pelo deputado José João Moura já foi dita noutros tempos.

Sobre o despovoamento e o problema da natalidade, disse que tem a ver com o facto das famílias terem menos filhos.

Alertou para a necessidade de limpeza das estufas pertencentes às autarquias que caíram com a neve, pois dão mau aspeto.

A deputada Iva Rebelo deu os parabéns não sabe se à Câmara se às Águas do Norte pois já há dois meses que a descarga de emergência do coletor das águas residuais está fechada. Mas, ao lado do coletor existe a saída de águas pluviais. Antigamente as águas saíam límpidas e, neste momento, saem como se fossem águas residuais. O regulamento obriga a Câmara a separar as águas pluviais das residuais e não sabe se isso é cumprido.

Falou sobre uma foto polémica que assustou muita gente em Montalegre. Trata-se de um suposto ensaio na muralha do castelo. Assusta pois trata-se de um ensaio num monumento pertencente ao património nacional. O castelo representa história, foi ali que a história da Vila de Montalegre começou. Pediu para que o Presidente da Câmara aliviasse a preocupação de todos pelo facto de se pensar que o castelo poderá ficar descaracterizado.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Queria, em primeiro lugar, salientar mais uma obra importante, que está em curso, e vem reforçar o objetivo da autarquia de promover a cultura, recuperar o património, servindo a economia e o emprego.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É sabido que o turismo é um pilar fundamental para o crescimento da economia nacional. No nosso concelho tem havido, também, por parte da autarquia, um grande investimento e dinamização deste setor.

Refiro-me ao maior monumento de Montalegre. Ao construído, claro, porque o património natural cultural e humano, no conjunto do território, está, com certeza, bem mais acima.

O castelo de Montalegre é um dos mais nobres e conservados castelos de Portugal. É a imponente sala de visitas da nossa nobre vila de Montalegre, que marca um dos sítios mais distintos do planalto.

Por isso, vale bem a pena o investimento de um milhão de euros que a Câmara está a fazer no seu restauro e reparação.

Tarde, é certo, mas foi preciso vir um governo socialista para que a devida atenção fosse prestada.

É consolidada a muralha, há intervenção na praça de armas, são intervencionadas as torres no seu interior e melhorados os arruamentos e acessibilidades.

Esta obra no castelo é importante porque é mais um ponto de interesse que é valorizado e que serve de enriquecimento do Ecomuseu de Barroso.

Com o PNPG, e agora com a mais recente e honrosa classificação de Barroso como Património Agrícola Mundial, temos mais atrativos nesta alavanca económica que é o turismo, e bem se justificava, como aqui já foi proposto pelo Rui Cruz, que a sede do PNPG se localizasse aqui, no coração do único sítio de Portugal que tem o reconhecimento da FAO.

Com este investimento quis, com certeza, a autarquia lançar mais um desafio para que sirva de motivo e de reforço na confiança na nossa terra.

Deixo o reconhecimento porque se trata de um grande esforço municipal, de mais um estímulo neste setor e um sinal que o investimento e a iniciativa privada deverá aproveitar.

Em segundo lugar, deixar uma reflexão e uma questão:

Tem-se falado aqui várias vezes da poluição no rio Cávado, atribuindo responsabilidades a descargas do coletor de esgoto diretamente no rio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Isso acontecerá em períodos de muita chuva, porque a conduta elevatória da ponte da vila à ETAR não é suficiente, porque as bombas não tem potência, ou porque o caudal, resultante das infiltrações, é tão elevado que o sistema não comporta.

Também se fala noutros locais de descarga, mas sabemos que o sistema é eficiente, acompanhado, e até mereceu beneficiação para garantir a bombagem segura para o coletor central no Rigueiro de Sás (no Leonardo) e na Lama do Moinho (no Cinzas), e aí não há quaisquer problemas.

Portanto, o único caso que pode acontecer é o da ponte da vila.

Ora, aí, as descargas podem acontecer, esporadicamente, e em época de grande caudal, devido às chuvas, permitindo também maior diluição. É que o rio não apresenta diferença relativamente a montante e a capacidade de regeneração mostra-se bastante razoável. Mas, não sendo grave, seria sempre útil resolver ou atenuar o problema, porque vem aí o inverno e pode voltar a acontecer... e lá vem as queixas, as críticas, os vídeos, repetidos e modernos, como se de situações alarmantes se tratasse.

Mas haverá outro foco de poluição do rio e é desse que queria falar.

A amónia, o fósforo e azotos libertados em excesso num curso de água dão origem ao crescimento anormal de flora aquática (eutrofização). É o que parece acontecer na presa da Lama do Moinho no Parque do Cávado onde abunda vegetação que não se encontra a montante.

Sabemos que uma truticultura, mesmo benevolmente, polui e quando o caudal é pouco ainda mais e que existe uma que utiliza água do rio e que posteriormente faz descarga no rio da água utilizada na sua atividade.

Será que essa unidade possui mini ETAR ou tanque de decantação para evitar ou diminuir o lançamento desses produtos e da matéria orgânica que gera no rio?

Ou será que quem denuncia a poluição polui ainda mais? Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues”.

O deputado Ricardo Moura chamou a atenção do Presidente da Câmara pois em Setembro a aldeia de Codeçoso ficou sem água e os serviços das águas nada fizeram. Agradecia que se averiguasse o que se passou.

Falou ainda de uma casa em Meixedo que está a constituir perigo para a população e convém que se tomem medidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre a natalidade, disse que em 2018 já nasceram 3 crianças em Padornelos e se todas as aldeias seguissem esse exemplo não havia tanta preocupação. Disse ainda que a maior parte das pessoas que falam sobre este tema, ainda não contribuíram para o aumento da natalidade. As juntas de Freguesia deviam dar um incentivo às famílias que tem o primeiro filho para os incentivar a ter mais.

Disse que o assunto da ponte já chateia. Toda a gente sabe que não se deve fazer filhos na mulher alheia. Montalegre fez o que tinha acordado com o Presidente da Câmara da altura em Chaves, muito antes de endividarem a Câmara. Entretanto, o PSD levou a Câmara de Chaves à penúria e agora não há dinheiro.

O deputado Jorge Lestra elogiou o departamento de informática da Câmara Municipal de Montalegre pela plataforma criada para os membros da Assembleia Municipal pois temos que olhar pelo meio ambiente e poupar e recursos.

Disse que ficou sossegado quando, em reuniões anteriores, ouviu o Senhor Presidente da Câmara dizer que o saneamento de Parafita ia avançar, mas o tempo vai passando e nada foi feito. Perguntou quando está previsto o início da obra.

A deputada Ana Isabel Dias partilhou as palavras do deputado Jorge Lestra e também felicitou o gabinete de informática e a Câmara Municipal de Montalegre pela preocupação ambiental e com isto temos um indicador de desenvolvimento.

Falou da requalificação das escolas de Montalegre, dizendo que as intervenções feitas em Cabril, Salto, Baixo Barroso e Bento da Cruz são promotoras de sucesso e rondam o investimento de 2 milhões de euros. Deste bolo, 1,5 milhões dizem respeito a investimento feito na Bento da Cruz. É de investimento que se fala e não de dinheiro gasto.

Referiu-se, em particular, ao plano de ação de combate ao insucesso e ao abandono escolar que tem previsto três grandes projetos à semelhança de outros projetos no país. Tem previsto uma equipa multidisciplinar, com psicólogo, assistente social, terapeuta da fala para promoverem um diagnóstico oral, visual e auditivo que estará à disposição de todos os alunos e em especial tratamento e acompanhamento para os mais vulneráveis. Também um projeto de enriquecimento curricular, com fichas de atividades e livros do plano nacional de leitura e financiamento de atividades de clubes nas escolas como seja de ciências, de letras, desporto e natureza, oficinas de artes e música, oficinas multimédia e um projeto relacionado com o património para promover o conhecimento científico, cultural e artístico, de empreendedorismo numa perspetiva de identidade. A questão da identidade é fundamental pois é o que nos distingue uns dos outros. Somos um país pequeno e a génese cultural não é muito variável. O que realmente nos distingue é a identidade cultural e é aqui que deve haver preocupação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

investimento. É o que nos distingue e fazer comparações com os concelhos vizinhos é irresponsável. Ganharíamos mais se pensássemos no que temos, no que poderíamos melhorar e depois da análise feita, aproveitar o que de bom cada um faz.

Disse que o projeto que referiu existe graças ao orçamento municipal e à preocupação social que o executivo socialista tem, como é o caso da requalificação das ERPI do concelho, da UCC e o apoio a todas as associações de natureza social, o que soma muitos milhões de euros e cria muitos empregos. Gostávamos que vivessem cá mais pessoas, mas não se fixam pessoas sem um serviço de educação e de saúde de qualidade. Fica feliz por saber que estas são as preocupações das pessoas que têm responsabilidades no nosso concelho.

Inscreveram-se para pedido de esclarecimentos os deputados Iva Rebelo e Vítor Carreira

A deputada Iva Rebelo disse que se o deputado João Carlos Rodrigues não conhece o coletor devia conhecer pois já há dez anos que faz descargas. Desafiou todos os deputados a fazerem uma visita ao local das bombagens para verem do que é que se está a falar. Deviam conhecer também a truticultura para saber que é inspecionada uma vez por ano pela Direção Geral de Veterinária e em relação aos amoníacos e fósforo disse que tem limitações de uso tem a ver com o volume de produção de truta. O viveiro faz análises químicas duas vezes ao ano e estas são feitas por laboratórios credenciados.

O deputado Vítor Carreira disse que tudo fez para que o saneamento de Vilarinho de Negrões fosse aprovado, mas não há financiamento neste momento. Os habitantes de Vilarinho não entenderam isso e vieram falar com o Presidente da Câmara que lhe prometeu que iria fazer o pavimento e as águas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes começando por agradecer as críticas e os reparos. Não responde a exercícios de má-fé e de má formação. Verificou-se que o PSD continua a navegar a onda dos saneamentos, as descargas e a escola de Salto.

O despovoamento do interior está a caminhar para a desgraça e não percebe porque é que, por exemplo, as escolas do concelho não consomem produtos locais. Isto tem que nos fazer pensar.

Relembrou que no dia 9 de junho fez-se um debate sobre os temas que a todos devem preocupar, mas não viu lá ninguém do PSD. É incompreensível porque é que as autarquias locais continuam a operar com uma lei que nasceu em 1974. Pergunta-se porque é que a Câmara Municipal de Montalegre não pode investir em investimentos locais de grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

importância, como é o caso do matadouro municipal que esteve para fechar e que tantos agricultores serve e é vital para a economia da região.

Sobre os saneamentos disse que o PSD fala sem saber. O dinheiro não chega para tudo. Dois milhões de euros investidos nas escolas de Montalegre para a modernização de instalações e um milhão no combate ao insucesso escolar é um esforço muito grande para a autarquia. O PSD anda sempre com a bandeira das causas perdidas, como é o caso do Conselho Municipal da Educação e do Conselho Geral da Escola. O PSD politizou a escola anos a fio e contribuiu para a destruição da imagem da mesma enquanto espaço vocacionado para a formação. Passados 10 anos, vem a decisão do tribunal apontar que a eleição da direção da escola foi nula. Agora o Ministério da Educação vai indemnizar os denunciante, quando a responsabilização financeira deveria recair sobre quem estabeleceu a confusão e alimentou anos a fio. Fez política de alarde social com o Conselho Geral Transitório que, sabe-se agora, por decisão do Tribunal considera a eleição nula. Só que passaram dez anos por conseguinte é de nenhum efeito.

Sobre o despovoamento disse ser um mal que atinge toda a Europa e não é por acaso que Ângela Merkel aceita os refugiados. Montalegre não está descontextualizado dessa tragédia social. Há empresas no interior que vão reduzir serviços porque não encontram ninguém que queira trabalhar. Como há oportunidades para a geração mais qualificada e que teima em não pôr em prática o que sabe e a distingue.

Disse que o saneamento de Vilarinho de Negrões é uma opção do executivo municipal tendo em conta as prioridades ditadas pelo orçamento municipal. A tal aldeia que o PSD considera de zombies vai ter que esperar pois não basta ser aldeia candidata às Sete Maravilhas para ser beneficiada. Beçós e Golas também o são e não vão ter saneamento. Em cinco anos já se fez Vilar de Perdizes, S. Lourenço, Solveira, Vila da Ponte, Ormeche, S. Vicente e vai começar a Etar de Salto. Não se deve exigir mais do que a Câmara pode dar. Dar 250 mil euros para formação e prática desportiva não é para qualquer autarquia. Bem hajam aqueles que estão à frente das associações locais. Decidiu atribuir mais um pouco de dinheiro ao Grupo Desportivo de Salto pois não tem onde treinar nem jogar. Soube que o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes precisava de uma caldeira nova, mas uma vez que a pista automóvel vai entrar em obras, a caldeira da pista irá ser colocada em Vilar de Perdizes. E se a direção do Vilar de Perdizes a não aceita por ser usada, cabe-lhe fazer esforços para conseguir outra solução.

Falou dos 2,7 milhões de euros gastos na estrada para Chaves. Uma obra que toda a gente reclamava. O Regimento de Infantaria de Espinho vai fazer a acessibilidade à ponte para que esta tenha as funções devidas. Não é dinheiro deitado fora.

Sobre o Castelo de Montalegre, disse que este pertence ao Estado, mas trata-se da sala de visitas do concelho. É uma obra de investimento reprodutivo e que nem sempre é aproveitado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

pelos empresários locais. Não é bom que todos os estabelecimentos estejam fechados, sobretudo os restaurantes.

Afirmou que a gestão da Etar não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Montalegre, mas sim das Águas do Norte.

Sobre a falha de água em Codeçoso disse que esse assunto nunca foi reportado à autarquia. E sobre a casa de que o deputado Ricardo Moura disse não ser fácil pois o herdeiro está emigrado nos Estados Unidos da América e há burocracias a cumprir.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Pedido de renúncia do membro da Assembleia Municipal, Pedro Jorge Pereira Barroso, ao mandato para o qual foi eleito nas eleições autárquicas, para o quadriénio 2017/2021;

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Foi chamado o candidato que se seguia na Lista do PSD, tendo o mesmo renunciado. Assim, foi chamado o candidato seguinte na Lista do PSD, Marco Rodrigues Sousa, o qual informou não poder estar presente na Sessão de hoje, pelo que tomará posse na próxima sessão.

Foi entregue à Mesa um voto de agradecimento ao deputado municipal cessante, Pedro Barroso, subscrito por vários deputados municipais.

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3. Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2018;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que o PSD só se irá pronunciar sobre este assunto quando as contas estiverem completamente fechadas e por isso a bancada do PSD fará um voto de abstenção.

O deputado Acácio Gonçalves disse que os compromissos por pagar já rondam os 4 milhões. Não sabe como é que o Presidente da Câmara os irá assumir. Se há compromissos para pagar é porque há obras feitas.

Quem repare no plano plurianual vê que foi feito em 30 de junho. A prestação de contas semestral não lhe parece transparente. Neste documento são apresentadas obras que nem lhe tocaram como é o caso da estação de camionagem. É o centro de visita entre Braga e Chaves e não tem as condições mínimas. As piscinas estavam previstas na CIM para eficiência energética solar e continuam fechadas. Não se trata apenas de um centro de lazer mas também para terapêutica.

Falou do património abandonado, como é o caso do quartel da Guarda Fiscal, que já foi vendido. Não é possível usurpar bens estatais como é o caso da escola da Pipela e da casa dos magistrados. É uma ilegalidade tremenda que devia ser denunciada.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.5. Proposta de lançamento da Derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2018, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Sandra Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a bancada do PDS vota contra a proposta apresentada uma vez que defendem a isenção desta taxa.

A deputada Sandra Gonçalves disse que, olhando para a proposta em análise, chega à conclusão que o PS não está disposto a apostar no desenvolvimento do concelho, nem atrair empresários, criar postos de trabalho privados, não quer criar competitividade fiscal em relação aos concelhos vizinhos. Em Boticas não têm derrama, têm pavilhões a preços acessíveis e incentivam o investimento privado e Montalegre não tem essa preocupação, nem sensibilidade. Montalegre não tem tomado atitudes para atrair investidores.

Disse que o Presidente da Câmara não respondeu à deputada Iva Rebelo sobre a questão do castelo. Não responde porque não sabe responder. Não tem respostas e então ofende e humilha a oposição dizendo que há deputados que não têm categoria para estar sentados na assembleia. Esquece-se que a oposição tem tanto direito de ali estar como ele. Foram eleitos pelo povo para isso mesmo. Se o Presidente da Câmara defende o 25 de abril não se devia ofender com o facto de as pessoas darem a sua opinião.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e Jorge Lestra.

4.6. Proposta de fixação, para o ano de 2019, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu--se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que o PSD encara esta medida à semelhança das outras acima discutidas no prisma da competitividade. Há despesas supérfluas que a autarquia que deveria cortar e abdicar desta receita para que se incentivem investidores. Sabe que não é com isto que se criam empresas, mas são incentivos que aliciam investidores que estejam na dúvida entre instalar-se em Boticas ou Montalegre. O Município de Montalegre também tem que começar a ser competitivo em relação aos demais senão corre-se o risco de os ver fugir para outro lado.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Jorge Lestra.

4.8. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.9. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado por Mutakanga- Consultadoria Imobiliária, Ld.ª, residente na rua 25 de abril 1 A, Refojos de Basto, Município de Cabeceiras de Basto, destinado à construção de Empreendimento Turístico, com restauração, na rua das flores, Padrões – Venda Nova;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.10. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) / Aprovação;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.11. Regulamento Mais Saúde, menos Amianto /Aprovação;

Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos a pedido do Senhor Presidente da Câmara.

4.12. EHATB, EIM,SA / Relatório de Execução Orçamental 1º Trimestre 2018;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu--se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que, após a leitura do relatório, verificou que a Câmara Municipal de Montalegre deixou de receber 300 mil euros e é responsável pela não ligação entre Cabril e Paradela pois não obedeceu às exigências legais.

A EHATB é uma grande empresa com lucros excelentes e Montalegre não aproveita. A Assembleia deveria ser convidada para ir visitar as instalações da EHATB.

O Senhor Presidente da Câmara louva quem tem tempo para a leitura do relatório e louva também a EHATB pois é uma grande empresa com excelentes técnicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O referido relatório foi concluído dia 30 de junho e as obras ainda não estavam concluídas. Tem a ver com as dinâmicas dos empreiteiros, mas neste momento está tudo regularizado.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.13. EHATB,EIM,SA / Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre e Informação sobre a Situação Económica e Financeira – 1º Semestre, reportados a 30 de junho de 2018;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

Maria Gorete Barroso Afonso